

# **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

## **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DE TRATAMENTO DE GÊNERO E RAÇA NO TRABALHO**

Aos cinco dias do mês de outubro de 2005, reuniram-se, na sala de reuniões do quinto andar do Edifício Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, os membros da Comissão Tripartite, representando os seguintes órgãos do Governo Federal e Entidades representativas de Trabalhadores e Empregadores: Eunice Léa de Moraes, do MTE; Denise Antônio de Paula Pacheco, da SEPPIR; Maria Márcia dos Santos Leporace, da SPM; Nathalie Beghin e Dionísio Lázaro Poey Baró, do IPEA/MPOG; Patrícia Cerqueira Coimbra Duque, da CNC; Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, da CNI; Adriana Giuntini, da CNT; Cristiana Ribeiro Vieira Mendes, da CNA; Gilda Almeida de Sousa, da CUT; Maria Aparecida Pinto, da CGT; Neusa Barbosa de Lima, da FS; Wagner José de Souza, da SDS; Neide Aparecida Fonseca, do INSPIR; Filomena Maria de Souza Oliveira Vaz, da CAT e João Baptista Domingues Neto, da CGTB.

Também estiveram presentes Solange Sanches, da OIT, assessoria técnica permanente da Comissão; Adeilson Ribeiro Telles e Liza Uema, do MTE.

Na abertura da reunião, a representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Eunice Léa de Moraes, no exercício da presidência, deu boas-vindas aos presentes e, em seguida, realizou a leitura da pauta informando modificação no ponto da aprovação do Relatório do I Encontro de Trabalho da Comissão, realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2005, que ainda não foi reajustado de acordo com as alterações

efetuadas pela Comissão. Informou que a aprovação do Relatório com as devidas alterações será realizada na próxima reunião ordinária.

Em seguida, encaminhou a discussão para o próximo ponto da pauta, a Apresentação das ações afirmativas realizadas pelas bancadas dos trabalhadores e dos empregadores.

Pela bancada dos trabalhadores apresentaram-se, respectivamente, Maria Aparecida Pinto, representando a CGT, Gilda Almeida de Sousa, representando a CUT, Wagner José de Souza, representando a SDS, Filomena Maria de Souza Oliveira Vaz, representando a CAT e João Baptista Domingues Neto, representado a CGTB.

Em seguida, houve a apresentação da bancada dos empregadores. Apresentaram-se, respectivamente, Maria Cristina Linhares, representando a CNI, Adriana Giuntini, representando a CNT e Patrícia Duque, representando a CNC.

Após a apresentação das bancadas dos trabalhadores e empregadores, Eunice Moraes, do MTE, justificou a ausência de representantes da CNF, que remeteu à presidência da Comissão ofício informando a impossibilidade de comparecimento da CNF nesta reunião ordinária.

Cristiana Mendes, da CNA, informou que, devido ao processo de modificação no quadro de pessoal da instituição, os membros titular e suplente da CNA estiveram impossibilitados de comparecer na reunião e, dessa forma, solicitou que a CNA apresente suas ações na próxima reunião ordinária da Comissão. Contudo, enfatizou que a CNA possui ações no âmbito da alfabetização rural, na qual tem predominância de participação de mulheres. Informou também a dificuldade de tratamento da questão racial, no que diz respeito à auto declaração de raça/cor, que a SENAR deparou ao realizar pesquisa com produtores rurais. Destacou, ainda, o Projeto Cidadão Rural e enfatizou as ações mensais que são desenvolvidas pela CNA em cada estado.

Neide Fonseca, do INSPIR, parabenizou as apresentações das duas bancadas e apontou a dificuldade das Centrais Sindicais de apresentarem a totalidade das ações afirmativas, vez que cada Central

engloba vários sindicatos diferentes. Destacou, ainda, que nas apresentações há ações muito positivas, de responsabilidade social, mas que, entretanto, não estão elencadas como ações afirmativas. Enfatizou que deve haver um momento no qual empregadores e trabalhadores apresentem pontualmente as ações afirmativas desenvolvidas por cada segmento. Sugeriu que haja também um espaço específico na pauta das próximas reuniões da Comissão acerca das reflexões trazidas pelas bancadas. Em seguida, questionou a CNI acerca da assimilação natural da BASF, da avaliação do desenvolvimento do programa, bem como da existência de indicadores dos resultados obtidos. Em relação à CNT, sugeriu que esta apresente a pesquisa relativa à mobilidade social para o Ministério das Cidades. Adriana Giuntini, da CNT, afirmou que essa pesquisa já foi apresentada para esse Ministério.

Nathalie Beghin, do IPEA/MPOG, parabenizou as apresentações e também apontou a importância de se ter um espaço para discussão, com vistas ao estabelecimento de patamares conceituais. Informou sobre a aprovação da Norma Brasileira de Responsabilidade Social, a qual abriga, entre os itens, as questões racial e de gênero. Acrescentou que essa Norma está sendo regulamentada pelo InMetro, e destacou a importância da Comissão de conhecer esse instrumento. Afirmou também que, de forma inédita, o Brasil está comissionando as normas internacionais de responsabilidade social e que, nesse processo, também estarão em tela discussões sobre as questões de gênero e raça.

Dionísio Baró, do IPEA/MPOG, solicitou à CNC que esclareça os meios de funcionamento do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos do SENAC.

Cristina Linhares, da CNC, informou que o SENAC possui cursos de capacitação técnica e, em nível superior de ensino, o SENAI oferece cursos seqüenciais à população afro-descendente.

Maria Aparecida Pinto, da CGT, destacou o compromisso e a preocupação da CGT de trazer as cláusulas de promoção de igualdade de oportunidades, bem como os avanços do número de cotas que já são superiores àquele que a legislação propõe. Informou sobre a elaboração de cartilha com a temática do assédio moral e da realização do Seminário “Desafios da Mulher no Próximo Milênio”, a ser realizado no dia 8 de outubro. Também concorda com a proposta de haver um espaço onde a Comissão reflita e repense a questão racial.

Márcia Leporace, da SPM, parabenizou as apresentações e argumentou que há uma abertura muito grande para se ampliar a temática de gênero e raça, sustentando que esse espaço também pode ser um fórum importante para aprofundar a discussão conceitual. Enfatizou que os conceitos de gênero e de raça podem ser relativos para as diferentes bancadas, sustentando ainda que, para aqueles que já vem trabalhando com esse recorte, a discussão já está mais aprofundada. Apontou a importância de se refletir sobre a afirmação de que a discriminação muitas vezes não se apresenta de maneira clara e que em alguns casos, ela aparece sutilmente, sendo vista de maneira naturalizada. Complementou que as ações da Comissão e outras iniciativas existentes no âmbito empresarial já oferecem informações para aprofundar e aumentar o trabalho da Comissão no que diz respeito, por exemplo, a manifestações contrárias ao preenchimento do quesito cor/raça/etnia, apontados em pesquisas realizadas. Para tanto, ressaltou a necessidade de um trabalho aprofundado de sensibilização.

Gilda Almeida de Sousa, da CUT, sustentou que o tempo para todas as apresentações não é suficiente para que a Comissão meça o impacto das ações das bancadas dentro de suas próprias políticas, impedindo, assim, que se aponte os resultados obtidos. Enfatizou a necessidade de haver, nas ações apresentadas, uma ação mais dirigida para a dimensão gênero e raça, com vistas à reflexão do próprio planejamento realizado pela Comissão, visando a obtenção de

resultados mais concretos nas ações. Entretanto, destacou que essa foi a primeira vez que empregadores e trabalhadores apresentaram suas ações, e que é necessário aprofundar a discussão para se medir as ações realizadas.

Solange Sanches, da OIT, destacou a importância do conjunto de exposições para a Comissão e argumentou que foi possível ter uma visão sobre qual é o acúmulo do debate existente na sociedade em relação às ações efetuadas com o recorte de gênero e raça. Sustentou que o amadurecimento individual não é o mesmo que o coletivo, e que este é um trabalho de construção e conhecimento coletivos, fundamental para a Comissão Tripartite. Ressaltou que a sociedade brasileira ainda não tem uma posição muito clara sobre o que são ações afirmativas e que essa Comissão está ajudando a construir esse processo de conhecimento. Sugeriu que haja um momento no qual sejam apresentados à Comissão os diferentes conceitos de ações afirmativas, de maneira técnica, com vistas à realização de uma discussão coletiva. Apontou a importância de haver espaços de informações e ações apresentadas por todos os segmentos da Comissão.

Sylvia Sousa, da CNI, parabenizou as apresentações e destacou que estas têm grande valia para a Comissão. Acrescentou que nas duas bancadas as ações apresentadas não são realizadas por imposição e sim por meio de negociação coletiva. Destacou que a maioria dos programas da CNI são genéricos na medida em que este é um debate que está começando a ser desenvolvido. Apontou as ações do SENAI, que possui trabalhos específicos para as pessoas com deficiência, questões de gênero, raça e cor/etnia. Informou também que já estão começando a trabalhar com essa perspectiva, focalizando sempre o diálogo social. Manifestou, ainda, o respeito pela bancada dos trabalhadores e a importância dessa discussão para a reflexão de todos e todas.

Patrícia Duque, da CNC, parabenizou as apresentações e reiterou a importância desse amadurecimento coletivo, o que faz da Comissão um instrumento importante para o desenvolvimento das discussões e das ações.

Eunice Moraes, do MTE, agradeceu e parabenizou o alto nível das apresentações realizadas, que se acoplarão com as do governo, já apresentadas na reunião do dia 2 de março de 2005, para serem disponibilizadas, juntamente com outros materiais informativos da Comissão, em página virtual do MTE. Em seguida, deu andamento à pauta da reunião e realizou leitura da Ata da reunião da Subcomissão, realizada no dia 26 de julho de 2005. Em consenso, a Comissão aprovou a Ata.

No que se refere aos encaminhamentos das sugestões propostas para o Plano de Ação, a Comissão, em consenso, aprovou o Plano de Ação e após realização de leitura da versão do Plano de Ação com as últimas contribuições e alterações realizadas na data de hoje, decidiu que estas devem ser remetidas à presidência da Comissão para as providências de editoração e impressão do Plano.

Em relação ao cronograma das atividades, a Comissão, em consenso, definiu os seguintes encaminhamentos:

- No *item I – “Ações das Bancadas”*, as apresentações das ações das três bancadas deverão ser inseridas no calendário do ano de 2006;
- no *Eixo 1 (Legislação) do item II – “Ações da Comissão”*, será retirado o *item 1.2) sobre a criminalização do assédio moral* da programação para o ano de 2005, e para 2006, este item será incluído como *1.2) assédio moral*;
- no *Eixo 1 (Legislação) do item II – “Ações da Comissão”*, o *item 2) recomendar ao CODEFAT que as comissões de emprego e trabalho desenvolvam ações voltadas para as questões de gênero e raça* será também incluído na programação dos anos de 2006 e 2007.

- No *Eixo 2) Ações afirmativas do item II – “Ações da Comissão”*, será acrescentada a promoção de uma discussão sobre conceitos referentes às ações afirmativas para a programação do ano de 2006.

Em relação à pauta da próxima reunião ordinária, que será realizada das 10h às 17h do dia 14 de dezembro de 2005, a Comissão decidiu, em consenso, que a discussão acerca dos conceitos sobre as ações afirmativas será realizada na parte da manhã, ficando a parte da tarde agendada para o andamento da reunião e a avaliação das atividades realizadas durante o ano de 2005.

Em seguida, conforme solicitado pela Comissão, a partir de resolução tomada em consenso no Encontro de Trabalho, realizado no mês de maio de 2005, Paula Montagner, do Observatório do Mercado de Trabalho do MTE, realizou a apresentação do Sistema de Monitoramento das Medidas para Promover a Igualdade de Oportunidade de Emprego Trabalho e Renda, focado nas dimensões de gênero e raça. Após a apresentação, sugeriu que aquilo que foi apresentado seja adotado como questões políticas para serem debatidas pela Comissão. Informou, também, que enviará Nota Técnica sobre os dados apresentados com vistas à aprovação e encaminhamento para página virtual da Comissão Tripartite.

Por fim, Eunice Moraes, do MTE, na qualidade de suplente e em nome do presidente da Comissão, agradeceu a todas e todos e encerrou a reunião.

A presente Ata foi por mim lavrada e aprovada e assinada pelos presentes.

Eunice Lea de Moraes